

28/05/2015

PLENÁRIO

**AG.REG. NO MANDADO DE INJUNÇÃO 6.460 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	: ASSOCIACAO NAC DOS JUIZES CLAS DA JUSTICA DO TRABALHO
<b>ADV.(A/S)</b>	: MARCELO RAMOS CORREIA
<b>AGDO.(A/S)</b>	: CONGRESSO NACIONAL
<b>ADV.(A/S)</b>	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
<b>AGDO.(A/S)</b>	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
<b>ADV.(A/S)</b>	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

***Ementa:*** DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO. PROVENTOS DOS JUÍZES CLASSISTAS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. REAJUSTE. ART. 40, § 8º, DA CF/1988.

1. Os proventos dos juízes classistas de primeira instância que adquiriram direito à aposentadoria antes da Lei nº 9.528/1997 são reajustados na mesma época e no mesmo percentual concedido, em caráter geral, aos servidores públicos federais em atividade, por força da regra da paridade da Lei nº 6.903/1981 e do disposto na Lei nº 9.655/1998.

2. Não há, portanto, omissão quanto ao reajuste de tais proventos. No cenário atual, como a sorte do benefício está atrelada à revisão geral anual dos servidores públicos federais, aplica-se a jurisprudência desta Corte no sentido de que, com a edição das Leis nº 10.331/2001 e 10.697/2003, restou regulamentado o art. 37, X, da CF/1988.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco

**MI 6460 AGR / DF**

Aurélio. Ausente, neste julgamento, o Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 28 de maio de 2015.

**MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR**

28/05/2015

PLENÁRIO

**AG.REG. NO MANDADO DE INJUNÇÃO 6.460 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ASSOCIACAO NAC DOS JUIZES CLAS DA JUSTICA DO TRABALHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCELO RAMOS CORREIA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: CONGRESSO NACIONAL</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**RELATÓRIO:**

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR)**

1. Trata-se de agravo regimental contra decisão monocrática por mim proferida, cujo inteiro teor é o seguinte:

**“Ementa:** DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO. PROVENTOS DOS JUÍZES CLASSISTAS. REAJUSTE. ART. 40, § 8º, DA CF/88.

1. Os proventos dos juízes classistas aposentados antes da Lei nº 9.528/1997 são reajustados na mesma época e no mesmo percentual concedido aos servidores públicos federais em atividade, por força da Lei nº 9.655/1998.

2. Mesmo em relação à revisão geral anual, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se firmou no sentido de que, com a edição das Leis nº 10.331/2001 e 10.697/2003, restou regulamentado o art. 37, X, da CF/88.

3. *Writ* a que se nega seguimento.

1. Trata-se de mandado de injunção coletivo, impetrado em favor dos juízes classistas aposentados. Alega-se a existência de omissão legislativa na edição da norma prevista no art. 40, § 8º, da Constituição.

**MI 6460 AGR / DF**

2. As informações prestadas pelo eminente Advogado-Geral da União, em representação à Presidenta da República, sustentam a inexistência de mora legislativa, em face da Lei nº 9.655/1998.

3. O Senado Federal sustentou a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo do presente *writ*, ao fundamento de que a iniciativa para o projeto de lei de revisão de benefício dos juízes classistas aposentados seria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

**4. É o relatório. Decido.**

5. Dispensada a manifestação da Procuradoria-Geral da República, nos termos do art. 52, parágrafo único, do RI/STF.

6. Segundo a associação impetrante, os juízes classistas que se aposentaram antes da Emenda Constitucional nº 41/2003 não têm seus benefícios reajustados em razão da ausência de norma regulamentadora do art. 40, § 8º, da Constituição. Registra que, em razão da paridade, não incide o reajuste previsto no art. 15 da Lei nº 10.887/2004.

7. A situação dos juízes classistas aposentados foi assim abordada pelo Min. Marco Aurélio em voto vencedor no RMS 25.841:

“A legislação aplicável à espécie previa a paridade entre os juízes classistas aposentados e os ativos, fazendo-o em consonância com o artigo 102 da Carta de 1967, na redação que lhe fora atribuída pela Emenda Constitucional nº 1/69, e com o teor original do § 8º do artigo 40 da Carta de 1988. Nesse quadro, a rigor, os aposentados até a Lei nº 9.528/97, a partir da qual se tornou aplicável aos classistas o regime geral de previdência social, têm direito à regra de paridade versada no

**MI 6460 AGR / DF**

artigo 7º da Lei nº 6.903/81.

Com o artigo 5º da Lei nº 9.655/98, houve a desvinculação da remuneração dos juízes classistas da 1ª instância da Justiça do Trabalho dos vencimentos dos juízes togados, os quais passaram a ter direito aos reajustes concedidos em caráter geral aos servidores públicos federais.

Logo em seguida, com a Emenda Constitucional nº 24/99, houve a extinção da representação classista na Justiça do Trabalho, assegurado o cumprimento dos mandatos então em curso, consoante artigo 117 da Carta Federal. É dizer: os aposentados até a Lei nº 9.528/97 ficaram sem cargo paradigma para a equiparação legal. Em outras palavras, **os classistas que adquiriram o direito à aposentadoria e respectivos pensionistas têm jus ao valor da última remuneração dos classistas ativos até 1999 e, a partir daí, ao percentual de variação dos reajustes concedidos aos servidores públicos federais.**”

8. Em resumo, os proventos dos juízes classistas aposentados antes da Lei nº 9.528/1997, como é o caso dos autos, são reajustados na mesma época e no mesmo percentual concedido aos servidores públicos federais em atividade, por força da Lei nº 9.655/1998. Deste modo, não vislumbro a omissão alegada. Tanto é assim que a própria inicial reconhece ter havido reajuste nos benefícios, no percentual de 3,5% e 1%, em decorrência, respectivamente, das Leis nºs 10.331/2001 e 10.697/2003.

9. Ainda que se alegasse omissão na regulamentação da revisão geral anual dos servidores públicos, pelas mesmas razões, não teria outra sorte o presente mandado de injunção. Isso porque a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se firmou no sentido de que, com a edição das Leis nºs 10.331/2001 e 10.697/2003, restou regulamentado o art. 37, X, da Constituição. Dessa forma, como a *“falta de norma regulamentadora”* é pressuposto de admissibilidade do mandado

**MI 6460 AGR / DF**

de injunção (CF/88, art. 5º, LXXI), existente a regulamentação ordinária, não se pode conhecer do *writ*. É igualmente pacífico que as eventuais limitações da norma legal são insuscetíveis de debate nesta sede. Veja-se:

“MANDADO DE INJUNÇÃO. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EXISTÊNCIA DE LEI REGULAMENTADORA. DESCABIMENTO DO MANDADO DE INJUNÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Segundo a jurisprudência do STF, a existência, ainda que superveniente, de norma regulamentadora do direito constitucional pretendido leva à perda do objeto do mandado de injunção. A Lei 10.331/2001 regulamentou o art. 37, X, da Constituição, conferindo-lhe eficácia plena, e está em vigor desde 19 de dezembro de 2001. Posteriormente, a Lei 10.697/2003 também cumpriu o dispositivo constitucional. Ainda, o mandado de injunção não é o meio processual adequado para questionar a efetividade e a abrangência da lei regulamentadora. Fundamentos observados pela decisão agravada. Apresentação de novos argumentos e pedido de efeitos infringentes. 2. Agravo regimental desprovido.” (MI 4.409 AgR-ED-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki)

10. Na mesma linha: MI 1.903, Rel. Min. Luiz Fux; MI 2.411, Rel. Min. Rosa Weber; MI 1.872, Rel. Min. Cármen Lúcia; MI 2.513, Rel. Min. Joaquim Barbosa; MI 693, Rel. Min. Gilmar Mendes.

11. Por fim, e a propósito, consigno meu entendimento pessoal, expresso no RE 565.089, Rel. Min. Marco Aurélio, com julgamento em repercussão geral ainda não concluído, no sentido de que o art. 37, X, da Constituição não deve ser utilizado para indexar a economia, não sendo violado quando o Poder Executivo justifica ao Congresso a impossibilidade de conceder uma revisão geral anual.

**MI 6460 AGR / DF**

12. Diante do exposto, com base no art. 10 da Lei nº 12.016/2009 c/c o art. 24, parágrafo único, da Lei nº 8.038/1990, e no art. 21, § 1º, do RI/STF, **nego seguimento** ao mandado de injunção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**  
Relator"

2. A associação agravante alega que a decisão agravada teria confundido dois institutos jurídicos distintos aplicáveis aos servidores públicos: (i) o da revisão geral da remuneração; e (ii) o da preservação do valor real dos proventos. Afirma que não busca no presente *writ* a revisão geral, mas, sim, o reajustamento dos proventos, tal como previsto no art. 40, § 8º, da CF, inserido pela EC nº 41/2003.

3. Sustenta que as Leis nºs 10.331/2001, 10.697/2003 e 9.655/1998 jamais poderiam ter regulamentado o dispositivo invocado, porque são anteriores a sua promulgação. Além disso, assevera que as duas primeiras são referentes a comando constitucional diverso (art. 37, X, CF).

4. **É o relatório.**

28/05/2015

PLENÁRIO

AG.REG. NO MANDADO DE INJUNÇÃO 6.460 DISTRITO FEDERAL

VOTO:

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR)

1. Conheço do agravo, por tempestivo.
2. A pretensão recursal não merece acolhida. Ao contrário do alegado, não há confusão entre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos e a preservação do valor real dos benefícios de aposentadoria, embora, na hipótese, os institutos estejam interligados.
3. O dispositivo invocado na inicial – art. 40, § 8º, da Constituição Federal (inserido pela EC nº 41/2003) – assim estabelece:

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

(...)

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei”.

4. Em relação aos juízes classistas de primeira instância que adquiriram direito à aposentadoria antes da Lei nº 9.528/1997, hipótese dos autos, o reajustamento dos proventos, garantido pela norma constitucional em apreço, tem de ocorrer ao mesmo tempo em que for reajustada a remuneração dos servidores ativos da mesma categoria, por força da **regra da paridade** prevista no art. 7º da Lei nº 6.903/1981. Isto é,



**MI 6460 AGR / DF**

deve haver equivalência entre o percebido por ativos e inativos.

5. A Lei nº 9.655/1998 desvinculou a remuneração dos **juízes classistas em atividade** dos vencimentos dos juízes togados, congelando o seu valor a partir daquele momento e submetendo-o aos **mesmos reajustes concedidos em caráter geral aos servidores federais**. Assim, os classistas de primeira instância aposentados fazem jus ao valor da última remuneração dos classistas ativos até 1999 e, a partir daí, ao percentual de variação dos reajustes concedidos aos servidores públicos federais. É o que explicou o Min. Marco Aurélio em voto vencedor no RMS 25.841:

“A legislação aplicável à espécie previa a paridade entre os juízes classistas aposentados e os ativos, fazendo-o em consonância com o artigo 102 da Carta de 1967, na redação que lhe fora atribuída pela Emenda Constitucional nº 1/69, e com o teor original do § 8º do artigo 40 da Carta de 1988. Nesse quadro, a rigor, os aposentados até a Lei nº 9.528/97, a partir da qual se tornou aplicável aos classistas o regime geral de previdência social, têm direito à regra de paridade versada no artigo 7º da Lei nº 6.903/81.

Com o artigo 5º da Lei nº 9.655/98, houve a desvinculação da remuneração dos juízes classistas da 1ª instância da Justiça do Trabalho dos vencimentos dos juízes togados, os quais passaram a ter direito aos reajustes concedidos em caráter geral aos servidores públicos federais.

Logo em seguida, com a Emenda Constitucional nº 24/99, houve a extinção da representação classista na Justiça do Trabalho, assegurado o cumprimento dos mandatos então em curso, consoante artigo 117 da Carta Federal. É dizer: os aposentados até a Lei nº 9.528/97 ficaram sem cargo paradigma para a equiparação legal. Em outras palavras, **os classistas que adquiriram o direito à aposentadoria e respectivos pensionistas têm jus ao valor da última remuneração dos classistas ativos até 1999 e, a partir daí, ao percentual de variação dos reajustes concedidos aos servidores públicos federais.**”

**MI 6460 AGR / DF**

6. Deste modo, não há omissão quanto à forma de reajuste dos proventos de aposentadoria dos substituídos no presente *writ*. Tanto é assim que a própria inicial reconhece ter havido reajuste nos benefícios, no percentual de 3,5% e 1%, em decorrência, respectivamente, das Leis nºs 10.331/2001 e 10.697/2003, referentes à revisão geral anual dos servidores públicos federais (parâmetro aplicável para tais proventos).

7. Dessa forma, no cenário atual, como a sorte do benefício está atrelada à dita revisão geral anual, a decisão agravada adotou a jurisprudência desta Corte quanto aos mandados de injunção cujo objeto é a norma constitucional de regência (art. 37, X, da CF), *in verbis*:

“MANDADO DE INJUNÇÃO. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EXISTÊNCIA DE LEI REGULAMENTADORA. DESCABIMENTO DO MANDADO DE INJUNÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Segundo a jurisprudência do STF, a existência, ainda que superveniente, de norma regulamentadora do direito constitucional pretendido leva à perda do objeto do mandado de injunção. A Lei 10.331/2001 regulamentou o art. 37, X, da Constituição, conferindo-lhe eficácia plena, e está em vigor desde 19 de dezembro de 2001. Posteriormente, a Lei 10.697/2003 também cumpriu o dispositivo constitucional. Ainda, o mandado de injunção não é o meio processual adequado para questionar a efetividade e a abrangência da lei regulamentadora. Fundamentos observados pela decisão agravada. Apresentação de novos argumentos e pedido de efeitos infringentes. 2. Agravo regimental desprovido.” (MI 4.409 AgR-ED-AgR, Rel. Min. Teori Zavascki)

8. Diante do exposto, **nego provimento ao agravo.**

9. **É como voto.**

28/05/2015

PLENÁRIO

**AG.REG. NO MANDADO DE INJUNÇÃO 6.460 DISTRITO FEDERAL**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, o eterno círculo vicioso. A Constituição Federal prevê expressamente que, na data-base dos servidores públicos, ter-se-á a reposição do poder aquisitivo da moeda, ou seja, o reajuste dos vencimentos. Não se trata de *plus*, de aumento.

O Tribunal assentou que há necessidade de lei, muito embora não vislumbre qual seria a opção política normativa dos congressistas a respeito da matéria, já que se tem a data-base, a periodicidade e também o índice oficial da inflação, bastando, portanto, providência administrativa. No caso, é fato notório, porque parece que os servidores públicos são bodes expiatórios, que esse direito constitucional não vem sendo observado.

Por isso, provejo o agravo.

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO MANDADO DE INJUNÇÃO 6.460**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**

AGTE.(S) : ASSOCIACAO NAC DOS JUIZES CLAS DA JUSTICA DO TRABALHO

ADV.(A/S) : MARCELO RAMOS CORREIA

AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio. Ausente, neste julgamento, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 28.05.2015.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Fabiane Pereira de Oliveira Duarte  
Assessora-Chefe do Plenário